

ABORDAGENS DO CONCEITO DE TERRITÓRIO EM PESQUISAS QUE DISCUTEM POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

João Emerson Cunha Silva ¹

Amanda Christinne Nascimento Marques ²

RESUMO

A história do conceito de território no campo do pensamento geográfico possui larga bagagem, notabilizando-se por ser um termo que assumiu papéis distintos ao longo da história dessa disciplina, alternando períodos em que ele teve menor representatividade com outros em que ele ganhou centralidade. Nesse sentido, autores como Andrade (2004), Haesbaert (2019), Saquet (2020), Claval (1999), entre outros, objetivam verticalizar este debate, trazendo elementos que nos auxiliam a compreender as abordagens que o conceito de território obteve ao longo da história da geografia, as quais são influenciadas por contextos mais amplos, como as mudanças epistemológicas e as próprias mutações gestadas no âmbito da realidade social. O objetivo da presente pesquisa é analisar as abordagens do conceito de território ligados à discussão sobre povos indígenas e comunidades quilombolas em textos selecionados. A metodologia da pesquisa fundamenta-se na análise de conteúdo, conforme Bardin (2022), de trabalhos publicados nos anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), entre os anos de 2003 e 2019. No campo dos resultados da pesquisa, destacamos a presença de uma ampla diversidade de concepções e abordagens teóricas do conceito nas pesquisas analisadas do SINGA, destacadamente as perspectivas propostas por geógrafos como Rogério Haesbaert e Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernanardo, Mançano Fernandes, Joël Bonnemaison, Maria Geralda de Almeida e Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre outros. Por fim, no âmbito das conclusões da pesquisa, identificamos que, no campo dos estudos que voltam olhares para o estudo de comunidades quilombolas e povos indígenas a partir do prisma geográfico, há centralidade do conceito de território como elemento importante para o estudo das dinâmicas espaciais dessas populações.

Palavras-chave: Território, Povos Tradicionais, Epistemologia, Geografia.

RESUMEN

La historia del concepto de territorio en el campo del pensamiento geográfico tiene mucho bagaje, destacando por ser un término que fue reemplazando diferentes roles a lo largo de la historia de esta disciplina, alternando períodos en los que tuvo menos protagonismo con otros en los que ganó centralidad. . En este sentido, autores como Andrade (2004), Haesbaert (2019),

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba- PPGG/UFPB, jemersonsantosc@gmail.com ;

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, docente do PPGG/UFPB, amandamarques.geografia@gmail.com .

Saquet (2020), Claval (1999), entre otros, pretenden verticalizar este debate, aportando elementos que nos ayuden a comprender los enfoques que obtuvo el concepto de territorio. a lo largo de la historia de la geografía, los cuales están influenciados por contextos más amplios, como los cambios epistemológicos y los cambios generados dentro de la realidad social. El objetivo de esta investigación es analizar los acercamientos del concepto de territorio delimitado a la discusión sobre pueblos indígenas y comunidades quilombolas en textos seleccionados. La metodología de investigación se basa en el análisis de contenido, según Bardin (2022), de trabajos publicados en los anales del Simposio Internacional de Geografía Agrícola (SINGA), entre los años 2003 y 2019. En el campo de los resultados de la investigación, destacamos la presencia de una amplia diversidad de concepciones y enfoques teóricos sobre el concepto en las investigaciones evidenciadas por SINGA, en particular las perspectivas propuestas por geógrafos como Rogério Haesbaert y Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernanardo, Mançano Fernandes, Joël Bonnemaïson, Maria Geralda de Almeida y Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre otros. Finalmente, en el ámbito de las investigaciones, identificamos que, en el campo de los estudios que se centran en el estudio de las comunidades quilombolas y pueblos indígenas desde una perspectiva geográfica, existe una centralidad en el concepto de territorio como elemento importante para el estudio de la dinámica espacial de estas situaciones.

Palabras clave: Territorio, Pueblos Tradicionales, Epistemología, Geografía.

INTRODUÇÃO

Os percursos do conceito de território na história da geografia são marcados pela presença de distintas abordagens e concepções, sendo necessário evidenciar que esses debates em torno do conceito estão articulados aos contextos sociais, políticos e culturais de cada período em simbiose com as viradas epistemológicas que a disciplina passou ao longo do tempo, os quais também são fundamentais para compreendermos transformações que ocorreram de forma mais ampla na ciência geográfica.

Isso posto, é necessário destacar que, entre os subcampos da geografia, a geografia agrária é um dos que o conceito de território vem assumindo grande representatividade, principalmente, após o advento de paradigmas vinculados à geografia crítica que floresceram no Brasil a partir da década de 1970, inicialmente, como destaca Marques (2018), com autores como Manuel C. de Andrade e Orlando Valverde e, posteriormente, a partir do pensamento de Ariovaldo U. de Oliveira.

Além das contribuições da geografia crítica, destacamos corroborações em torno do referido conceito a partir da abordagem cultural. No espectro de pensadores da geografia cultural francesa, que tem forte influência em diversos estudiosos brasileiros, destacamos

autores como Paul Claval e Joel Bonnemaïson³, os quais trouxeram importantes aportes teóricos e conceituais ao pensamento geográfico, no que tange à relação entre território, cultura e identidade, influenciando, significativamente, os estudos⁴ geográficos no Brasil que partem de uma abordagem cultural.

Assim, o território na geografia agrária tem assumido gradualmente uma posição de maior centralidade, sendo importante em publicações de eventos, livros, artigos e demais trabalhos acadêmicos, notadamente em pesquisas vinculadas à investigação dos povos e comunidades tradicionais. Nos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGA), evento de grande importância para os estudiosos do agrário, o conceito tem assumido centralidade na análise de dinâmicas dos sujeitos que se territorializam no campo.

No campo dos objetivos da pesquisa, destacamos que o objetivo geral da presente pesquisa é analisar as abordagens do conceito de território em trabalhos da geografia agrária que se voltam à discussão sobre povos indígenas e comunidades quilombolas. No âmbito da justificativa para o desenvolvimento da pesquisa, elencamos duas dimensões: uma social e outra teórica. No âmbito social, a pesquisa pode trazer contribuições no sentido de compreender como os territórios de uso e ocupação tradicional têm sido pensados nos estudos agrários. Já na perspectiva teórica, a pesquisa traz uma sistematização das abordagens do conceito de território que vêm sendo adotadas por pesquisadores da geografia agrária para estudar povos indígenas e comunidades quilombolas.

Na dimensão metodológica da pesquisa, destacamos que temos como recorte bibliográfico da pesquisa os anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária e a metodologia utilizada para embasar o desenvolvimento da pesquisa é a análise de conteúdo, a partir de Bardin (2022).

No campo dos resultados da pesquisa, destacamos um ponto central identificado na análise do recorte bibliográfico selecionado, que foi a forte presença do conceito de território como conceito e/ou categoria analítica utilizada como base de estudos em torno de povos indígenas e comunidades quilombolas. Aditivamente, destacamos a multiplicidade de abordagens adotadas nas pesquisas analisadas, que vão desde perspectivas mais materialistas até a abordagens com foco nas subjetividades socialmente construídas mediatizadas pelos territórios simbólicos.

³ Joel Bonnemaïson foi um importante geógrafo, que trouxe expressivas contribuições em torno do conceito de território. Para aprofundamento acerca de seu pensamento, ver Bonnemaïson (1999).

⁴ Dentro desse campo de estudos, destacamos as contribuições de Maria G. de Almeida no âmbito do estudo do território, das questões culturais e dos povos e comunidades tradicionais.

METODOLOGIA

No que tange à metodologia da pesquisa, a construímos a partir de duas etapas, a primeira composta por uma revisão da literatura através de autores que discutem de modo aprofundado o conceito de território no campo da ciência geográfica, como Claval (1999), Haesbaert (2019), Saquet (2020), e Almeida (2005), Andrade (2004) e Gottmann (2012), a fim de nos fundamentarmos teoricamente acerca das principais vertentes em que o conceito de território vem sendo discutido na geografia.

A segunda etapa foi composta pela análise dos anais do SINGA, que foi o recorte bibliográfico utilizado para construção da pesquisa, na qual foi efetuada a seleção e leitura dos trabalhos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas e, dentro dessa etapa, realizamos a identificação da presença ou ausência do conceito de território nessas pesquisas.

Para fundamentação teórica dessa etapa da metodologia, utilizamos a análise de conteúdo, conforme Bardin (2022), usando duas técnicas específicas, a *presença ou ausência* (qualitativa) do conceito de território nos trabalhos que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas, a fim de definirmos o *corpus* (universo de trabalhos) que servirá de base para a construção da pesquisa e a própria análise temática, que é um dos procedimentos mais conhecidos dentro da ótica da análise de conteúdo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Acerca da gênese do conceito de território, é importante delinear que o surgimento do conceito não ocorreu especificamente na geografia, visto que o termo já existia antes mesmo do surgimento da geografia científica⁵. É o que atesta Gottmann (2012) ao detectar que o termo território, na teoria política, já era utilizado nas línguas europeias desde o século XIV, com a função de delimitar a jurisdição ou até mesmo a influência econômica de algumas unidades governamentais como feudos, cidades livres ou reinos.

Posteriormente, num contexto de ciências já institucionalizadas, Bonnemaïson (2012) cita que o conceito foi introduzido no campo científico em 1920 através de estudos etológicos, desenvolvidos pelo ornitólogo inglês Elliot Howard, sobre a vida social dos toutinegras. Esses

⁵ Fundamentamos teoricamente nossa concepção de geografia científica a partir do pensamento de Claval (2014b), o qual compreende o seu nascimento a partir de uma série de transformações que ocorrem no século XIX.

estudos gestaram conceitos revolucionários para a época, como a questão da posse do território, que possibilitava determinação da hierarquia social e acesso às fêmeas.

Na geografia, o conceito de território, desde a fase clássica, foi discutido pontualmente por autores como É. Reclus e F. Ratzel (1990), é o que atesta Andrade (2004). Todavia, tanto Saquet (2020) quanto Claval (1999) compreendem que o conceito de território nem sempre teve centralidade no pensamento geográfico, sendo redescoberto segundo aquele no movimento de renovação da geografia que ocorreu nos anos de 1950/1960/1970, décadas marcadas por fortes contestações às abordagens positivista e neopositivista.

A geografia agrária não esteve imune a essa conjuntura, nela o conceito de território ganhou maior centralidade a partir da inserção das correntes críticas introduzidas no Brasil. Essa introdução, conforme Marques (2018), teve como marcos a publicação do livro de Milton Santos *Por uma Geografia Nova*, que estabeleceu diálogos entre o marxismo e a geografia e o 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG-1978), em que a prática acadêmica e institucional da geografia que vinha sendo praticada foi duramente criticada.

Adicionalmente, a abordagem cultural, recentemente, tem trazido contribuições para os estudos agrários sobre território, territorialidades e identidades territoriais, destacadamente em pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais. Este movimento de ampliação de pesquisas que partem da abordagem cultural está relacionado ao que Claval (2014a) denomina de “virada cultural”, que se insere num contexto de contestação da modernidade a partir da perspectiva do pós-modernismo⁶ e do pós-colonialismo.

No campo dos estudos agrários, o conceito de território, apesar de aparecer em trabalhos na geografia agrária clássica, não teve centralidade nessa corrente de pensamento, uma vez que conceitos como paisagem e região predominavam. Ademais, como afirma Côrrea (2000), na geografia teórico-quantitativa conceitos como lugar e território não tiveram importância, essa situação aplica-se também aos estudos agrários produzidos sob o lastro da corrente teórico-quantitativa, na qual outros conceitos possuíam destaque.

Dito isso, o reposicionamento do conceito de território nos estudos agrários ocorre com o surgimento da geografia crítica. Acerca desse processo, Andrade (2004) relata que, com a retomada do conceito nos estudos da geografia política e geopolítica, o conceito de território se

⁶ O conceito de pós-modernidade é objeto de ampla discussão e, nesse sentido, destacamos que tomamos como referência as reflexões efetuadas por Claval (2015), que destaca que esse movimento tem como um de seus pontos a crítica ao pensamento ocidental, a partir de múltiplos pensadores, como Gilles Deleuze, Félix Guatarri, Jacques Derrida, Michel Foucault, entre outros.

disseminou e passou a concorrer com conceitos mais tradicionais até então nos estudos geográficos, como espaço e região.

Nesse contexto de renovação do pensamento agrário e de fortalecimento do conceito de território, Fernandes apud Bombardi (2008) destaca a tese de doutorado de Ariovaldo U. de Oliveira como um dos primeiros trabalhos de ruptura nos estudos da geografia agrária, sendo responsável por introduzir conceitos do materialismo histórico como base para a crítica às ideologias dos trabalhos de geografia agrária desenvolvidos até então.

Partindo desta perspectiva de renovação, no contexto da produção acadêmica de Ariovaldo U. de Oliveira, no que tange às discussões de território, destacam-se sua conceituação de território vinculada às disputas entre as classes sociais no modo capitalista de produção. Nesse sentido, define:

o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

Assim, a abordagem proposta por Oliveira (2003) dialoga com pensadores como Raffestin (1993), que contestam a equiparação que alguns geógrafos atribuem entre espaço e território. Para o autor, o território é posterior ao espaço, fruto da transformação impressa pelo homem no espaço, ou seja, por meio do trabalho, assim, constitui uma construção humana.

Entretanto, dentro do campo da história do pensamento geográfico, como já apontamos, outra corrente de pensamento que também tem dado contribuições importantes em torno da abordagem do conceito de território e vem tendo destaque nos últimos anos na influência em trabalhos ligados à geografia agrária brasileira é a geografia cultural.

Consoante Paul Claval (2011), a geografia cultural não é exatamente uma novidade no pensamento geográfico, mas fez e faz parte de sua trajetória, essa perspectiva é partilhada por outros teóricos, a exemplo de Cosgrove (1998), pensador que também aponta a geografia cultural não especificamente como algo novo no pensamento geográfico, tendo em vista que autores da geografia clássica, como Vidal de La Blache e Carl Sauer são considerados figuras-chave no início da geografia cultural europeia e americana, respectivamente.

Dito isso, na perspectiva das contribuições da abordagem cultural, destacamos que atualmente ela é um dos mais atraentes e estimulantes conhecimentos propiciados pela ciência

geográfica, abarcando um amplo leque de variadas questões como representações da natureza, construção social, cotidiano, identidades, cultura “material”, costumes sociais e significados. (ALMEIDA, 2008)

Após estes apontamentos, é essencial destacar que no âmbito da matriz epistemológica da abordagem cultural, Almeida (2008) destaca que essa corrente não parte da ideia de uma via metodológica única, mas são reconhecidas a importância e a riqueza de outras abordagens possíveis na geografia. Nesse sentido, a pensadora destaca que a exclusão é vista, dentro do contexto da abordagem cultural, como um risco de limitação e empobrecimento e é esta concepção de método que procuraremos embasar a nossa pesquisa, considerando as contribuições e diálogos da abordagem cultural com outras perspectivas teóricas.

Assim, dentro do contexto específico da geografia agrária brasileira, a abordagem cultural tem dado significativas contribuições, inclusive no campo dos estudos relacionados às pesquisas dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Portanto, a fim de introduzir a discussão trazida por essa abordagem em torno do conceito de território, trazemos a proposta de Almeida (2005) que, em obra dedicada à análise da relação entre territórios, fronteiras e territorialidades, destaca importantes atributos do território, que vão além dos aspectos econômicos, sociais e políticos, como podem ser verificados a seguir:

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo. (ALMEIDA, 2005, p. 108).

Portanto, partindo da análise proposta de Almeida (2005), destacamos que o território possui algumas atribuições, respondendo num primeiro momento a necessidades básicas dos níveis econômico, político e social, em que se assenta as relações sociais. Sem embargo, a pensadora chama atenção para o fato de que o território e suas atribuições vão além dessas dimensões, perpassando pela perspectiva simbólica e cultural, na qual os sujeitos projetam suas visões de mundo e que o território se pluraliza de acordo com escalas e níveis que são historicamente construídos e sedimentados, abarcando distintas escalas. Aprofundando o debate em torno do território, a autora destaca que:

Como também já dissemos, território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas. Bonnemaïson e Cambrezy (1997; p. 10) consideram que “ o vigor do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais mas também éticos, espirituais,



simbólicos e afetivos”. A cultura, portanto, inscreve-se assim no território, deixando marcas pela história e pelo tra-balho humano ... (ALMEIDA, 2005, p.109).

Assim, a pesquisadora trilha um caminho de entendimento do território a partir de uma apropriação simbólico-cultural expressiva do espaço, que é portador de significados e relações simbólicas. Essa abordagem do conceito lembra bastante a concepção que Haesbaert (2019) identificou como Cultural ou simbólico-cultural, a qual prioriza a dimensão simbólica e subjetiva, sendo o território compreendido nessa perspectiva como resultado da apropriação ou valorização simbólica de um determinado grupo em relação ao seu espaço vivido.

Essas propostas em torno do conceito de território têm repercutido no campo da geografia agrária, inclusive, em pesquisas publicadas que se debruçam sobre a análise dos conflitos, lutas e dinâmicas em que estão inseridos os povos e comunidades tradicionais. Esse quadro se expressa igualmente nos anais dos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária que, desde suas primeiras edições, possuem grupos de trabalho específicos destinados a discutir questões referentes a esses povos e comunidades tradicionais, em que o conceito de território, muitas vezes, aparece com centralidade para embasar teoricamente as pesquisas publicadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos anais do SINGA, identificamos que os anais das nove edições do evento publicaram 4.971 trabalhos em seus anais (incluindo trabalhos completos e resumos expandidos), nos quais detectamos, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2022), que desse total, 420 trabalhos publicados discutiram questões relacionadas aos povos indígenas e às comunidades quilombolas e, nesse conjunto, mais de 400 citaram o conceito de território.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é discutir o modo como o conceito de território é utilizado no estudo desses povos e comunidades tradicionais, é importante destacarmos, de modo mais amplo, como o conceito de território aparece nos próprios núcleos temáticos dos grupos de trabalhos construídos ao longo das nove edições do simpósio. O quadro abaixo apresenta os grupos de trabalhos nos quais o território aparece como conceito importante nas discussões propostas.

Quadro 1 – O conceito de território ao longo de eixos temáticos construídos ao longo das edições do SINGA (2003-2019)

Eixo temático	Ano



Reforma Agrária e Impactos Territoriais	2003
Desenvolvimento territorial	2005
Agricultura camponesa e agronegócio, tensões e disputas territoriais	2009
Políticas de de (des)envolvimento territorial rural	2009
Questão agrária e transformações territoriais	2009
Territorialidades no espaço amazônico	2009
Transformações territoriais no cerrado brasileiro	2009
Dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agrário brasileiro	2011
Dinâmicas territoriais e conflitos agrários na América Latina	2011
Técnica, política e reordenamento territorial no campo	2011
Reestruturação produtiva e modernização do território	2015
Território, turismo e conflitos	2015
Comunidades tradicionais na luta por territórios	2017
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	2017
Mineração, Agroenergia e Conflitos Territoriais	2017
Comunidades tradicionais na luta por territórios – 2019	2019
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas – 2019	2019

Fonte: anais do SINGA. Org. Silva, J. E. C.

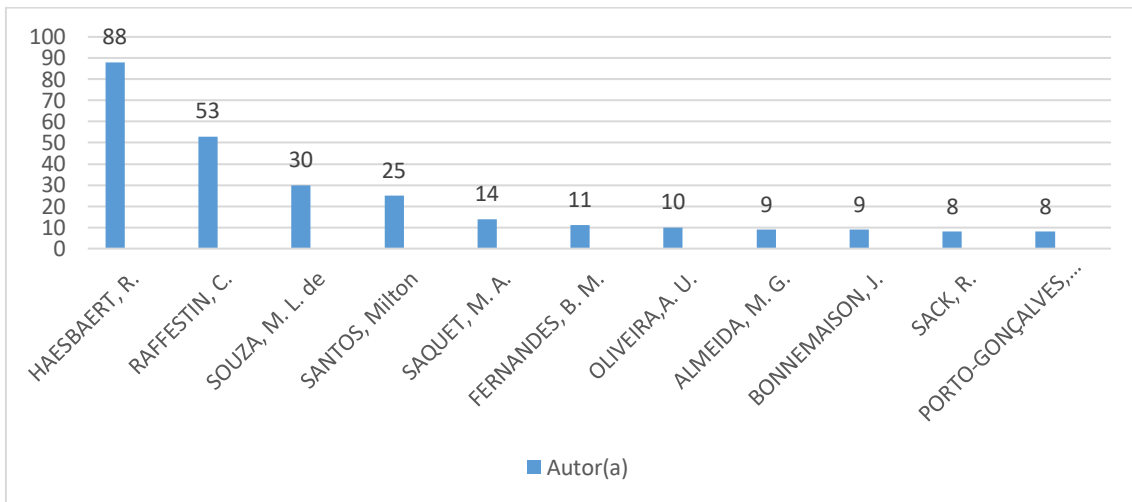
O quadro acima evidencia que, desde as primeiras edições do Simpósio Internacional de Geografia Agrária, há uma preocupação crescente em relação à discussão de temas da geografia agrária pensados a partir do conceito de território e, nesse sentido, temas como mineração, modernização da agricultura, turismo, conflitos agrários, desenvolvimento rural, reestruturação produtiva, entre outros, têm estabelecido diálogos importantes a partir de diversas dimensões, entre as quais, a territorial assume papel notável.

Ademais, um ponto importante é a dimensão territorial enfatizada nos eixos temáticos voltados para análise dos povos e comunidades tradicionais (SINGAS 2017 e 2019), que reforçam a importância analítica do conceito de território como um instrumento que além de explicar a realidade, também contribui para transformá-la, uma vez que a defesa e luta pelos territórios de uso tradicional tem relação direta com a manutenção das identidades e dos *modus vivendi* desses grupos.

Aditivamente, procuramos detectar as principais abordagens do conceito de território nas pesquisas analisadas, nesse sentido, identificamos inicialmente, quais autores eram utilizados

no embasamento teórico do conceito de território dos trabalhos completos e resumos expandidos analisados. Os resultados dessa busca estão expressos no gráfico seguinte.

Gráfico 1 – Principais definições de território detectadas em trabalhos que discutem comunidades quilombolas e povos indígenas no SINGA



Fonte: Anais do SINGA. Org. Silva, J. E. C.

Destarte, é evidente que há uma prevalência em torno da abordagem de território proposta por Rogério Haesbaert (2019, p.79), que considera o território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. Haesbaert (2015), assim como Raffestin (1993), não considera território e espaço como iguais, mas ressalta que, embora nunca possam ser considerados como equivalentes, não podem ser efetivamente separados, visto que sem espaço não há território. O trecho abaixo detalha a visão de R. Haesbaert sobre essa distinção.

Na verdade, não se trata, evidentemente, de distinguir de maneira clara ou mesmo rígida espaço de território. Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território – o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda não apropriada) mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro desta dimensão, um foco centralizado na espacialidade das relações de poder. (HAESBAERT, 2015, p. 101)



No trecho, Haesbaert procura enfatizar a diferença entre território e espaço a partir do prisma epistemológico, visão que possibilitaria a distinção mais clara entre espaço e território, mas além disso, acaba especificando o campo semiológico do território, que é justamente um conceito que traz centralidade à noção de poder, constituindo a espacialização das relações de poder, em suas múltiplas dimensões (econômica, política, simbólico-cultural).

Dito isso, voltando aos dados do gráfico anterior, a extensa produção de Haesbaert sobre território certamente teve contribuição para o autor figurar com prevalência no conjunto da revisão bibliográfica pesquisada. As suas reflexões estiveram presentes tanto em pesquisas referentes às comunidades indígenas, quanto em pesquisas que se dedicaram ao estudo de comunidades quilombolas. Uma dessas pesquisas, elaborada por Motta (2017), embasa-se na reflexão de Haesbaert sobre territorialidade de comunidades tradicionais, mencionando que:

Hasbaert (2002), analisando e elucidando as obras de Guies Deleuze e Félix Guattari a respeito de (de-re) territorialização, traz algumas considerações relevantes acerca da territorialidade das sociedades pré-capitalistas, onde, dentro da presente análise, encaixam-se as comunidades e povos tradicionais. Segundo Hasbaert (2002), as sociedades pré-capitalistas se diferem das demais em sua territorialidade na medida em que estabelecem relações únicas com a terra. (MOTTA, 2017)

O trecho acima exemplifica uma das várias aplicações da reflexão de Haesbaert sobre território, que no caso do texto de Motta (2017), a utiliza para analisar a mobilização e luta pela terra de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras) da costa do Estado do Rio de Janeiro.

Além de Rogério Haesbaert, outros autores também figuraram com importância nos referenciais teóricos das pesquisas analisadas, como Claude Raffestin, autor muito influente no pensamento brasileiro no que tange à abordagem territorial, e que, conforme Saquet (2020), realiza uma leitura que destaca o caráter político do território, não obstante de maneira distinta das abordagens de F. Ratzel, J. Gottman e R. Sack, que também valorizam a dimensão política na constituição do território.

Essa influência no campo mais amplo do pensamento geográfico sobre território reverberou em diversas pesquisas analisadas, das quais destacamos três que estudam diferentes comunidades, mas tendo Claude Raffestin como um aporte teórico importante para fundamentar a discussão sobre território e territorialidade.

A primeira delas é produzida por Rodrigues (2017), que traz à tona a reflexão de território proposta por Raffestin no estudo da Comunidade Negra de Paratibe, localizada em João Pessoa-

PB entendida como espaço de resistência e de ressignificações em busca da defesa de seu território e da construção de uma territorialidade étnica.


Outra pesquisa em que Raffestin e sua abordagem territorial são utilizadas é o trabalho de Gomes, Fé e Nascimento (2017), que estudam a territorialidade das comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI). Nesta pesquisa, além dos autores se fundamentarem no conceito de território de Raffestin, que o entende como uma territorialização do espaço, também trabalham com o conceito de territorialidade do mesmo autor, conforme atesta o trecho abaixo:

O termo territorialidade, na perspectiva de Raffestin (1993, p.159), reflete “a multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral”. Neste sentido, o processo de construção territorial é vivenciado pelos membros da comunidade, via relações existenciais ou produtivas, sendo ambas definidas como relações de poder. (GOMES, J. M. A; FÉ, E. G. M; NASCIMENTO, J. E do, 2017, p. 2)

Já o estudo de Silva e Rodrigues (2017) também discute território e territorialidade a partir das contribuições de Raffestin (1993) no estudo da Comunidade Quilombola Gurugi, Município do Conde-PB. Um dos objetivos centrais dessa pesquisa é compreender o processo de territorialidade étnica na comunidade e para fundamentar essa investigação são utilizados os conceitos de territorialidade de Raffestin (1993) e territorialidade étnica de Little (2002), evidenciando uma abordagem interdisciplinar entre geografia e antropologia no estudo da temática.

Ademais, outros pensadores também tiveram contribuições verificadas na pesquisa, como Souza (2015), que compreende território como espaços delimitados por e a partir de relações de poder. Para Souza (2015), o que define território em primeira instância é o poder, assim, a dimensão política é, antes de quaisquer outras, a que define o seu perfil. Todavia, vale salientar que a proposta feita por Souza (2015) não exclui outras dimensões possíveis de serem englobadas pelo território, como a dimensão cultural e a dimensão econômica.

Uma das pesquisas que se ancoram na proposta de Marcelo Lopes de Souza sobre território é a pesquisa de Lira (2019), a qual traz uma análise sobre a importância da delimitação territorial das comunidades quilombolas de Granhuns-PE e, nessa perspectiva, o conceito de territorialidade proposto por Souza apud Lira (2019, p. 1421), compreendido como “um certo tipo de interação entre o homem e espaço, a qual, é aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” é basilar na reflexão sobre a importância de assegurar os territórios tradicionais dessa comunidade.



Outro pesquisador que traz pontos importantes a serem pensados em relação ao território em sua obra é Milton Santos, autor que, apesar de sua ampla obra dedicada ao espaço geográfico, traz em Santos (2019) análises importantes em torno do território, entendendo-o como território usado, como o chão mais a população. Essa concepção, como atesta o gráfico 1, foi utilizada em algumas pesquisas voltadas ao estudo de indígenas e quilombolas, como na já citada pesquisa de Lira (2019) e em Dieterich (2019), que investigou dois processos importantíssimos na trajetória do povo indígena Kinikinau, os processos de desterritorialização e de reconquista territorial a partir da perspectiva do território usado miltoniano que abrange as coisas naturais, artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

Ademais, Marcos Aurélio Saquet também figurou com importância nos referenciais teóricos utilizados para embasar a reflexão acerca do território. Saquet (2020) entende que nos processos territoriais as dimensões econômica, política, cultural e natural estão sempre presentes. Essa abordagem foi utilizada em pesquisas como a de Silva e Conceição (2017), a qual no estudo da Comunidade Quilombola São Francisco do Paranguaçu utilizou como um de seus referenciais a proposta feita por Marcos Aurélio Saquet, como atesta o excerto a seguir:

Em outra contribuição Saquet (2003) afirma que a produção territorial resulta de um processo social dirigido sob a tríade economia, política e cultura, que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço. Nesta linha de raciocínio o referido autor aponta que tais forças de desenvolvimento se processam coadunadas às relações cotidianas. (SILVA; CONCEIÇÃO, 2017)

Essa perspectiva adotada por Marcos Saquet na discussão do território traz um elemento importante para pensar o cotidiano de povos e comunidades tradicionais, pois ressalta a multidimensionalidade na construção do território, considerando os aspectos culturais, econômicos e políticos nessa construção no tempo e no espaço.

Aditivamente, é interessante apontarmos que alguns trabalhos trazem com centralidade a dimensão cultural na abordagem do conceito de território em estudos relacionados a indígenas e quilombolas, uma vez que a dimensão cultural é decisiva no funcionamento dessas comunidades. Nesse sentido, a concepção de território para autores como Maria Geralda de Almeida e Joël Bonnemaïson, pensadores ligados à geografia cultural, aparecem em diversas pesquisas do recorte bibliográfico analisado, nas quais a cultura é colocada num papel central.

Para Almeida (2005), território - como forma de organização do espaço - responde, em uma primeira instância, às necessidades sociais, políticas e econômicas da sociedade e, portanto, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sem embargo,

ele não se restringe a essa perspectiva instrumental, mas é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo.

Na abordagem territorial de Bonnemaïson (2012), há uma relação indissociável entre território e identidade, para o autor, o território, na perspectiva das sociedades humanas, não é obrigatoriamente fechado, um tecido espacial unido, tampouco induz a um comportamento estável. A partir de suas pesquisas no Oceania, Bonnemaïson visualiza o território como um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. Contudo, vale destacar que em algumas sociedades tradicionais, o território pode tanto ser fechado, irrevogavelmente, quanto ser aberto a aliados e vizinhos.

Nesse contexto, apesar de conceituações distintas de território entre Bonnemaïson (2012) e Almeida (2005), há um elemento comum que é a dimensão simbólica, dimensão essa bastante trabalhada em pesquisas analisadas no SINGA, como evidenciam trabalhos como o de Bacelar (2017), que discute comunidades tradicionais em Macapá e destaca a discussão feita por Maria Geralda de Almeida sobre o papel da diversidade de grupos sociais na diversidade territorial.

Já a pesquisa de Maracajá (2013) traz como um de seus aportes teóricos a discussão de J. Bonnemaïson em torno de conceitos como território e etnia, que são considerados os dois conceitos fundamentais da abordagem cultural pelo autor. A pesquisa de Maracajá (2013) busca compreender a reconstrução da identidade e as manifestações culturais na Comunidade Quilombola Grilo-PB e, nesse estudo, o conceito de território tem um papel fundamental na interpretação da relação dos habitantes da comunidade com a terra (território), como relata o excerto abaixo:

As narrativas que Ica nos concedeu estão carregadas de lembranças míticas, e essas histórias que ela nos conta fazem parte do imaginário popular dos negros do Grilo. Além desses momentos, ela revela-nos informações sobre sua vida quando morava no Rio de Janeiro[...], onde trabalhou trinta anos como doméstica. O mais interessante é que, apesar de ter vivido muito tempo fora do lugar de origem, não se despreendeu da terra em que nasceu, pois a relação com o lugar “está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural”. Dito de outra forma, traduz uma territorialidade (BONNEMAISON, 2002, p. 91). Essas questões ficam evidentes no momento em que ela diz: “quando eu levantei a cabeça que olhei pro tempo e disse: sabe de uma coisa, eu quero me enterrar na minha terra, eu não quero ficar por aqui não, aí comprei a passaginha” (MARACAJÁ, 2013, p. 9)

O excerto acima evidencia o modo como a autora costura o estudo da comunidade Grilo, através de falas dos próprios moradores, com a discussão territorial proposta por Jöel Bonnemaïson, que traz à tona com centralidade o conceito de etnia para compreender o território. Nota-se que essa interrelação entre etnia e território, discutida na teoria, é atestada na

realidade, na própria fala de Ica que menciona “eu quero me enterrar na minha terra”, na Comunidade Quilombola Grilo.

Além dessa abordagem do conceito de território que privilegia a dimensão cultural, também detectamos pesquisas que trazem em suas referências teóricas a proposta materialista na compreensão do território. Nesse contexto, autores como Fernandes (2009), que discute território como um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, e Oliveira (2003), que entende o território como produto da luta de classes são referências nessa abordagem do território em que a dimensão político-econômica ganha maior centralidade.

Uma das pesquisas que traz essa perspectiva ancorada numa abordagem histórico-dialética do território é o texto de Carvalho (2013) que, no estudo da mulher rural e quilombola do nordeste paraense, discute o conceito de território proposto por Ariovaldo U. de Oliveira, como demonstra o excerto abaixo:

Neste ínterim, não se pode esquecer que o território, conforme observa Umbelino (2004) deve ser apreendido como síntese contraditória e ao mesmo tempo como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo. Pois, “o território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”. Portanto, a territorialidade qual me refiro no presente trabalho, diz respeito fundamentalmente às relações sociais, ao uso e a apropriação do espaço pelos sujeitos que a partir do espaço, do lugar e do território constroem a dinâmica da (re)produção de sua vida sócio-cultural.

Nessa perspectiva, o autor busca discutir a questão da mulher quilombola do nordeste paraense considerando a sua territorialidade construída via relações sociais cotidianas, considerando o território como elemento fundamental na sua reprodução tanto social, quanto cultural.

Por fim, destacamos a contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves em relação às pesquisas analisadas no SINGA, em que algumas delas a proposta do supracitado autor foi utilizada. Nesse contexto, citamos pesquisas como Silva e Gonçalves (2017), que traz uma reflexão sobre a agricultura Xukuru e a construção da identidade territorial no Sertão de Pernambuco através de um referencial teórico que inclui a proposta territorial de Porto-Gonçalves, como aponta o trecho a seguir.

“[...] tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal, constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando seu um espaço – um território.” (PORTO-GONÇALVES apu SILVA; GOLÇAVES, 2017)

Como excerto acima, implicitamente, o entendimento do território a partir da apropriação do espaço por um grupo social, no caso da pesquisa de Silva e Gonçalves (2017), esse grupo seria o povo Xukuru. Notadamente, a proposta de definição de território elaborada por Porto-Gonçalves traz com centralidade a noção de poder, como verificamos na pesquisa de Arruzo (2017), a qual estuda o processo de expropriação territorial dos Guarani-Kaiowá e citando a reflexão feita por Porto-Gonçalves em relação ao conceito de território, que só tem sentido ser discutido se o pesquisador está também analisando seu núcleo epistêmico: o poder.

Essas são algumas das abordagens territoriais detectadas ao longo do recorte bibliográfico pesquisado, que totalizam mais de uma centena de definições do que constitui o conceito de território. Além dos autores citados no gráfico e discutidos brevemente ao longo deste estudo, outros autores também foram utilizados como base teórica para os estudos territoriais, como Paul Claval, Luc Cambrezy, Robert Sack, Jean Gottmann, Rafael Sânzio Araújo dos Anjos, Friedrich Ratzel, Antônio Carlos Robert Moraes, Manuel Correia de Andrade, Paul Little, José de Souza Martins, Maurice Godelier, Ruy Moreira, Pierre Bourdieu, Maria Laura da Silveira, Rosa Maria Vieira Medeiros, Ilka Boaventura Leite, Ana Clara Torres Ribeiro, Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, Jorge Eremites Oliveira, Paul Little, Ilka Boaventura Leite, Michel Foucault, Lourdes Carril, entre outros.

Esses são alguns dos nomes que também aparecem em pesquisas analisadas ao longo das nove edições do evento (2003-2019) e que revelam as contribuições de pensadores não geógrafos em relação à discussão referente ao conceito de território, como é o caso do Paul Little que traz em algumas de suas obras uma ampla reflexão em torno do conceito de território e do próprio conceito de territorialidade aplicado à povos e comunidades tradicionais. Ainda no campo da antropologia, autores como Ilka Boaventura Leite, que construiu trabalhos importantes em estudos de comunidades quilombolas, também apareceu na análise dos textos com a sua concepção de território.

Além da antropologia, nesse conjunto de autores, identificamos as contribuições de alguns sociólogos, entre os quais destacamos Michel Foucault, pensador com uma larga produção em estudos sobre o poder, como verificamos em Foucault (2023). Na pesquisa de Souza e Germani (2009), que estudaram a comunidade negra rural Matinha dos Pretos, encontramos uma definição proposta por Michel Foucault acerca de território, entendendo-o a partir da noção do poder. Consoante Foucault (2023, p.250) “Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”.



Além dos estudos sociológicos e antropológicos, alguns pensadores da economia também forneceram reflexões em torno da dimensão territorial em estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas. Em pesquisa sobre comunidades tradicionais do Paraná, Machado, Ruiz e Gonçalves (2017) discutem a abordagem de território proposta por Antônio Carlos Diegues, que entende que ele “pode ser uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (DIEGUES apud MACHADO, RUIZ E GONÇALVES, 2017)

Essas são algumas das centenas de concepções de território identificadas ao longo do recorte bibliográfico analisado. Elas evidenciam fortemente a diversidade teórica e epistemológica da ciência geográfica na abordagem de um de seus conceitos fundamentais: o território. Contudo, mesmo com essa ampla diversidade, notamos que algumas abordagens se sobressaíram, como é o caso da perspectiva multidimensional do território, na qual podemos incluir pensadores como Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet. Outra abordagem que também carimbou representatividade em várias pesquisas foi a relacional, construída por teóricos como Claude Raffestin, autor que inclusive influenciou importantes pensadores da geografia agrária brasileira.

Ademais, destacamos também as contribuições da perspectiva simbólico-cultural de abordagem do conceito de território, a qual inclui pensadores como Joël Bonnemaison, Luc Cambrezy e Maria Geralda de Almeida, que compreendem a centralidade da dimensão cultural na construção do território, na reprodução das territorialidades e na formação de uma identidade a partir dos fortes laços simbólicos estabelecidos com a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das conclusões da pesquisa, detectamos a presença de uma ampla diversidade de concepções e abordagens do conceito de território a partir da ótica de inúmeros autores. Todavia, a presença de perspectivas que consideram a multidimensionalidade da constituição dos territórios e a perspectiva relacional no campo das relações de poder foram majoritárias ao longo do recorte bibliográfico pesquisado.

Outra questão importante no âmbito dos resultados é a verificação de uma tendência que vem delineando-se, ao longo dos últimos anos, no campo da geografia agrária que é a obtenção de maior centralidade do conceito de território, conjuntura que reflete também nos estudos que



se debruçam na análise dos povos e comunidades tradicionais, estudos esses que vêm crescendo gradualmente, notadamente quando observamos a presença dessa temática ao longo das nove edições analisadas (2003-2019).

Por fim, destacamos que há ainda caminhos a serem percorridos no desenvolvimento deste estudo, tendo em vista que a pesquisa de dissertação de mestrado em desenvolvimento no PPGG/UFPB, que origina este texto, está em processo de desenvolvimento e, com isso, aprofundamentos referentes às reflexões sobre as abordagens territoriais presentes nas pesquisas, bem como a identificação dos povos indígenas e comunidades quilombolas mais estudados no recorte bibliográfico necessitam ser realizados nas etapas subsequentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. Revista da ANPEGE, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.
- ANDRADE, M. C. de. A questão do território no Brasil. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ARRUZZO, R. C. “OCUPANDO” E “DESENVOLVENDO” O MATO GROSSO DO SUL: histórico do processo de expropriação territorial dos Guarani e Kaiowá. *In: In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*
- BACELAR, M. O. B. COMUNIDADES TRADICIONAIS: As lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá – AP. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2022.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-304.
- CARVALHO, A. R. de. **MULHER RURAL E QUILOMBOLA: A FACE DA TERRITORIALIDADE NO NORDESTE PARAENSE.** *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013.* João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.
- CLAVAL, Paul. Epistemologia da Geografia. 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. Geographia, Niterói, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia, ano 1, n. 2, 1999.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2015.



DIEHLERICH, J. E. G. **Território Kinikinau**: um estudo sobre a desterritorialização da etnia Kinikinau e a busca pela reconquista territorial. *In*: IX Simpósio Internacional de geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. *In*: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 9, p. 197-215.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. *In*: FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 15 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023, p. 244-261.

GOMES, J. M. A; FÉ, E. G. ; NASCIMENTO, J. E. do. TERRA E TERRITORIALIDADE NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DOS COCAIS (PI). *In*: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n.3, 2012.

HAESBAERT, R. da Costa. **Dilema de conceitos**: espaço-território e contenção territorial. *In*: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. P. 91-118.

HAESBAERT, R. da Costa. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

LIRA, W. C. B. de. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE GARANHUNS-PE: A IMPORTÂNCIA DA DELIMITAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS E O SEU RECONHECIMENTO SOCIAL**. *In*: X Simpósio Internacional de geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

LITTLE, P.E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. Série Antropologia. 322. Brasília, 2002.

MACHADO, C.B.G; RUIZ, E.J.N; GONÇALVES, C. CONFLITOS E IDENTIDADES TERRITORIAIS DOS POVOS TRADICIONAIS DO PARANÁ E SANTA CATARINA: Indígenas, caboclos e pescadores artesanais. *In*: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

MARACAJÁ, M. S. L. **(RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO, PARAÍBA**: a ciranda como estratégia política e de resistência *In*: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.



MARQUES, M. I. M. **Geografia agrária crítica**: um pouco de história. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. **Geografia agrária**: perspectivas no início do século XXI. *In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária: O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*", 1, 2003. São Paulo. Anais... São Paulo: ?, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O povo e seu território. *In: MORAES, A. C. R. (org.). Geografia*. São Paulo: ática, 1990, cap. 3, p. 73-82.

RODRIGUES, M. de F. F. COMUNIDADE NEGRA DE PARATIBE, QUILOMBO URBANO, ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E DE RESSIGNIFICAÇÕES, JOÃO PESSOA – PB, BRASIL. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba*, 1 a 5 de novembro de 2017.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 29ªed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência editora, 2020.

SILVA, B. B. da; GONÇALVES, C. U. AGRICULTURA XUKURU E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL NO SERTÃO DE PERNAMBUCO. *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba*, 1 a 5 de novembro de 2017.

SILVA, U. B. da; CONCEIÇÃO, Edney. O PAPEL DA MULHER NA PRODUÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO QUILOMBO: Um olhar sobre a Comunidade São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/BA. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba*, 1 a 5 de novembro de 2017.

SOUZA, E.B. de; GERMANI, G. I. **COMUNIDADE NEGRA RURAL DO POVOADO DE MATINHA DOS PRETOS (BA): UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA**. *In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2009, Niterói. Anais, Niterói, UFRJ.

SOUZA, M. L. de. **“Território” da divergência (e da confusão)**: em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 53-68.